

O negro nos escritos de um barão: escravidão e abolição no livro “*motins políticos*”*

Luciano Demetrius Barbosa Lima **

Resumo. Este artigo desenvolve uma reflexão acerca de alguns aspectos do livro: *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Publicada em cinco tomos, entre os anos de 1865 e 1890, pelo historiador Domingos Antônio Raiol, e voltada para a descrição dos conflitos político-sociais no Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX, essa narrativa enfocou em diversas situações a presença africana na Amazônia, deixando transparecer os anseios e medos do autor frente a esse tema. A partir desse pressuposto analítico, o artigo pretende investigar algumas percepções do Barão de Guajará sobre o negro, a escravidão e a abolição no crepúsculo do Regime Imperial.

Palavras-chave: Amazônia; Negro; Abolição.

The Negro in the writings of the Baron of Guajará: Slavery and Abolition in *Motins políticos*

Abstract. Current research analyzes aspects of the book *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [Political Insurrections, or The History of the main political events in the Province of Pará from 1821 to 1835]. The book was published in five volumes between 1865 and 1890 by the historian Domingos Antônio Raiol and deals with the political and social conflicts in the province of Pará, Brazil, during the first half of the 19th century. The narrative focuses on the presence of African people in the Amazon and testifies to the expectations and fears of the author with regard to the above theme. The article investigates the Baron of Guajará's perceptions on the Negro, slavery and abolition of slavery in the twilight of the Imperial Regime.

Keywords: Amazon; Negro; Abolition of slavery.

* Artigo recebido em 21/04/2012. Aprovado em 02/06/2012.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Pará. Professor da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Belém/PA, Brasil. E-mail: dehistoriador@yahoo.com.br

El negro en los escritos de un barón: esclavitud y abolición en el libro “Motines Políticos”

Resumen. Este trabajo desarrolla una reflexión sobre algunos aspectos del libro *Motines Políticos o historia de los principales acontecimientos políticos en la Provincia de Pará, desde 1821 hasta 1835*. Esta narrativa, publicada por el historiador Domingos Antônio Raiol en cinco tomos, entre 1865 y 1890, se orientaba a la descripción de los conflictos político-sociales en la provincia de Gran Pará, durante la primera mitad del siglo XIX. Pero en diversas situaciones, también se ocupó de la presencia africana en la Amazonia, dejando translucir los deseos y miedos del autor frente a este tema. A partir de este presupuesto analítico, el artículo pretende investigar algunas percepciones del Barón de Guajará sobre el negro, la esclavitud y la abolición durante el crepúsculo del Régimen Imperial.

Palabras clave: Amazonia; Negro; Abolición.

Introdução

No final da década de 1880, um político e intelectual nascido no Pará, chamado Domingos Antônio Raiol¹, publicou o último dos cinco volumes de sua obra mais conhecida, denominada *Motins Políticos*. Nesse estudo, caracterizado por enfocar as lutas político-sociais que agitaram a província do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, também houve lugar para outras reflexões, em que transpareciam algumas das mudanças desencadeadas no Brasil em fins do Império. Assim, ao se manifestar sobre o término da servidão no país, relatando que “a escravidão se tornava um mal canceroso no seio da

1 Domingos Antônio Raiol foi um dos mais proeminentes historiadores e intelectuais do Norte do Brasil de sua época. Nascido em Vigia, no Grão-Pará (30/03/1830), estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Olinda. Posteriormente, morou no Rio de Janeiro, trabalhando durante algum tempo no escritório do primo, Bernardo de Sousa Franco. Retornou a Belém em 1856, onde exerceu a atividade de advogado e alguns cargos públicos. No início da década de 1860, entrou no meio político, sendo eleito por várias vezes Deputado pela Assembleia Provincial e Deputado pela Assembleia Geral, quando apoiou o projeto de Abertura da Amazônia ao Livre Comércio Internacional. Além disso, por indicação imperial, foi presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883); no mesmo ano foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guajará. Com a ascensão da República, abandonou o cenário político, falecendo em Belém no ano de 1912.

família brasileira e servia, nos derradeiros dias, de pretexto para torpes especulações” (RAIOL, 1970, III, p. 962), o Barão de Guajará deixava transparecer uma temática que ganhou lugar privilegiado em seus escritos, demonstrando o clima de insegurança das elites nacionais frente ao fim do trabalho forçado.

Essas considerações poderiam passar despercebidas se não revelassem aspectos como a crise do regime escravista e o medo de um representante das elites brasileiras quanto ao destino das populações cativas no país. Dessa forma, muito além de focar o processo de conflitos político-sociais desencadeados na Província do Grão-Pará entre 1820 e 1840, as páginas de *Motins Políticos* também evidenciaram o sentimento de insegurança frente à possibilidade de conflitos que envolveram populações escravas e livres nos últimos anos do Império.

Responsáveis por abalar os “alicerces” de um fragilizado regime, os embates em torno do trabalho servil influenciaram a produção intelectual nacional, que foi retomada sistematicamente nos escritos de diversos autores brasileiros durante aquele contexto, fossem de caráter historiográfico ou não. Assim, muitos representantes dos segmentos dominantes, entre eles o Barão de Guajará, demonstravam receio em relação à libertação e ao destino dos negros e mestiços, vítimas da escravidão, pois temiam uma suposta inversão da ordem instituída.

A obra *Motins Políticos* foi publicada em cinco volumes, o primeiro no Rio de Janeiro em 1865, com 320 páginas; o segundo em São Luís do Maranhão em 1868, com 412 páginas; o terceiro no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas; o quarto no Rio de Janeiro em 1884, com 499 páginas; e o quinto no Pará, em 1890, com 543 páginas, sendo reeditada no ano de 1970, em três volumes, por meio da Universidade Federal do Pará. Esse estudo ganhou imediata repercussão no meio intelectual brasileiro já no século XIX, fosse por

seu volume de páginas, pela riqueza documental ou por tratar de uma temática nova e melindrosa: o passado político e social mais recente do Norte do Brasil.

Por meio desse estudo, Domingos Antônio Raiol analisou o contexto que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais freqüentes as convulsões populares” (RAIOL, 1970, I, p. 7), subdividindo a obra em três momentos: o primeiro enfoca “os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil”; na segunda parte são analisados os acontecimentos deflagrados “desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I”; e os últimos capítulos investigam “os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835” (RAIOL, 1970, I, p. 7). Por meio desse direcionamento, ele objetivava “compreender – a partir dos jogos da política e dos políticos imperiais – os erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará, a querer separar-se do Brasil e depois se associar a ele novamente” (RICCI, 2002, p. 30).

A narrativa do Barão de Guajará atravessou a “crise monárquica (...) a questão religiosa, o processo abolicionista e finalmente a República” (RICCI, 2002, p. 32). Ela aborda “muito mais que a análise do Movimento Cabano no Pará (...) nela o autor nem sequer denominou o movimento de 1835 de Cabanagem, mas o caracterizou como um (...) entre os inúmeros motins” (RICCI, 2002, p. 30), deflagrados na Amazônia entre as décadas de 1820 e 1830.

Assim, mesmo admitindo que, na produção histórica do século XIX, o “único assunto importante era a política e (...) o único campo digno de interesse era o estado nacional” (WORSTER, 1991, p. 198), Domingos Antônio Raiol não excluiu reflexões sobre o negro em sua narrativa, pois tal ausência significaria uma grande lacuna, não apenas em relação aos eventos descritos, mas principalmente se observarmos que, na Província do Pará,

assim como em outras partes do Império, as lutas antes, durante e depois da Independência não se constituíram apenas um conflito entre brasileiros brancos e lusitanos, representaram também o presente escravista, aspecto testemunhado e vivenciado por esse autor.

Nesse sentido, cada um dos tomos elaborados pelo Barão de Guajará também expressa, direta ou indiretamente, as crises e questionamentos vivenciados pelas elites brasileiras no decorrer da segunda metade do século XIX, particularmente em virtude do gradual colapso do sistema escravocrata. Assim, o 1º e o 2º volumes de *Motins Políticos*, publicados, respectivamente, entre 1865 e 1868, já deixam transparecer o progressivo aprofundamento dos debates sobre o tema no país, momento no qual pela primeira vez, em uma “Fala do Trono”, D. Pedro II fez referência a essa questão, expressando que o “elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual (...) sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação” (BRASIL, 1977, p. 374).

Os volumes iniciais elaborados por Domingos Antônio Raiol no decorrer da década de 1860, contemporâneos à inserção desse autor na vida político-partidária do Império, são caracterizados por conterem algumas referências à participação negra nos movimentos insurrecionais deflagrados no Grão-Pará durante a Regência, aspecto que nos permite constatar a importância dessa temática em seus escritos. Um desses momentos pode ser verificado no tomo publicado em 1868, quando o Barão de Guajará preocupa-se em expor o requerimento de um português chamado Domingos de Azevedo, que denunciava a participação, na Guarda Nacional, de um “escravo de nome Manuel, fugido no dia 6, reunido no largo do quartel com armamento da nação assegurando ser cidadão livre” (RAIOL, 1970, I, p. 329).

O 3º e o 4º tomos de *Motins Políticos*, editados, respectivamente, em 1883 e 1884, foram resultado de estudos realizados em grande parte na década anterior e publicados inicialmente em várias edições do jornal “Liberal do Pará em 1879” (RAIOL, 1970, II, p. 411). Essas narrativas, elaboradas em um momento conturbado da história nacional, transpareceram o aumento das ações do movimento abolicionista e da decretação da Lei do Ventre Livre (1871), eventos que marcaram um período de debates parlamentares e na imprensa sobre a temática da escravidão.

Vale ressaltar que, na mesma conjuntura da publicação desses tomos, Domingos Antônio Raiol foi Presidente Provincial no Ceará, entre outubro de 1882 e o início de 1883, momento crítico do processo de extinção da escravidão naquela unidade do Império. Essa mudança ocorrida na respectiva província não teve muita oposição do Barão de Guajará, por este considerar que o “escravo (...) nenhum valor quase tem nessa Província e esta depreciação facilitará dentro de pouco tempo a sua completa libertação” (RAIOL, 1883, p. 27).

Em 1884, momento no qual administrava a Província de São Paulo, Domingos Antônio Raiol expressou, em uma Fala Dirigida à Assembleia Provincial, seus temores em relação a uma suposta quebra da ordem social com o fim da escravidão. Em sua concepção, essa questão era “bastante séria e cumpre que os brasileiros (...) tratem sinceramente de resolvê-la com calma” (RAIOL, 1884, p. 97). Para o Barão, era prudente evitar “por todos os meios possíveis açular as paixões ruins das classes ínfimas da população: extirpe-se o mal, porém, sem atentar nem contra a lei, nem contra a autoridade nem contra a ordem pública” (RAIOL, 1884, p. 97).

Em 1890, quando Domingos Antônio Raiol publicou o último tomo de *Motins Políticos*, a escravidão e o próprio regime imperial brasileiro já haviam sido suplantados por uma nova ordem político-social. Contudo, a pesquisa e a

escrita desse volume, realizadas na década de 1880, transpareciam a influência de eventos precedentes, como: o agravamento das fugas e libertações de escravos em várias regiões, as ações cada vez mais intensas do movimento abolicionista, além dos temores e decepções vivenciados pelas elites políticas e econômicas brasileiras frente à crise do sistema escravista que atingia o país.

Assim, em um contexto de crescentes agitações populares em favor da abolição e contestações direcionadas à Monarquia, o velho Barão de Guajará procurou insistentemente justificar seus posicionamentos anteriores em relação ao regime escravocrata, apresentando, simultaneamente, ao longo da narrativa do 5º volume de *Motins Políticos*, diversos trechos relacionados à participação de escravos no processo de lutas deflagradas na Amazônia durante a Regência e argumentos sobre suas ações como integrante do Império no contexto final da escravidão no Brasil.

Nesse sentido, acreditando que “recuperar o medo como dimensão da história não é tarefa fácil (...) porque essa dimensão dificilmente se encaixa em modelos metodológicos” (AZEVEDO, 2004, p. 17), o objetivo deste artigo consiste em analisar os pensamentos de Domingos Antônio Raiol sobre o negro, a escravidão e a abolição, a partir de algumas reflexões publicadas em seu livro *Motins Políticos*. Essas percepções, situadas neste estudo, constituem-se em informações interessantes para compreendermos como um político imperial, contemporâneo à crise do sistema escravista brasileiro no final do século XIX, conjeturava sobre transformações sociais tão significativas para o destino do país.

Partindo desses pressupostos, a obra *Motins Políticos* representa um documento relevante para percebermos de forma específica como o declínio da escravidão foi sentido e discutido por um integrante dos quadros dominantes na Amazônia, pois, por meio desse livro, publicado em seus volumes finais no auge dos debates abolicionistas, podemos perceber de forma específica o

pensamento do Barão de Guajará sobre os destinos do país, antes e após o fim da escravidão.

Vale destacar que, muito além dos escritos de Domingos Antônio Raiol, a crise do sistema escravista brasileiro durante a segunda metade do século XIX parece ter se constituído em uma das tônicas dominantes no seio da elite político-intelectual da época imperial no país, refletindo-se, sob os mais variados enfoques, nos estudos de diferentes autores. Essa situação ocasionou o surgimento de “um material privilegiado, uma vez que neles havia um espaço apreciável, construído ao gosto de cada autor, em que se discutia a substituição da escravidão pelo trabalho livre e enveredava-se por argumentos e propostas os mais diversos” (AZEVEDO, 2004, p. 25).

Francisco Adolfo Varnhagen defendia a “conversão da escravatura (...) na servidão de gleba (...) como passo para a emancipação lenta” (VARNHAGEN, 1857, p. 93). Tito Franco de Almeida, ao refletir sobre o fim da escravidão, expressou que “não tendo o governo os meios de haver a enorme soma, representada pelos escravos, é evidente que a emancipação de uma vez só pode ser feita espoliando os senhores” (ALMEIDA, 1867, p. 475). Tavares Bastos, em sua obra *O Valle do Amazonas*, não acreditava que a “abolição seja acompanhada de desgraças irreparáveis que alguns figuram, se ela verificar-se com prudência em qualquer parte do Império, ou em todo ele simultaneamente” (BASTOS, 1866, p. 296).

Benéficas para alguns, perigosas para outros, essas questões estiveram entre as principais preocupações no meio intelectual do Brasil em fins do Império, desmistificando a percepção segundo a qual, para um grande número de historiadores ocidentais no século XIX, o foco exclusivo de interesse era o da história política. Dessa forma, o estudo sobre a presença de referências direcionadas à escravidão e à abolição na obra *Motins Políticos* simboliza um aspecto relevante, levando-se em conta a contemporaneidade e importância

político-intelectual do Barão de Guajará frente aos acontecimentos, à intensa participação das populações de “cor” nas lutas sociais do Grão-Pará ao longo do período monárquico e à necessidade de contribuir com novas análises direcionadas a essas temáticas na Amazônia².

Assim, por entendermos que “a história não se escreve do passado para o presente, como comumente se acredita. Escreve-se do presente para o passado” (GUSDORF, 1993, p. 5), torna-nos perceptível que, na referida obra, Raiol não fez somente uma análise das lutas políticas no passado do Pará; ele também projetou nessa narrativa seus próprios medos e vivências pessoais, particularmente em relação à questão da escravidão, tema polêmico na sociedade brasileira da época.

Por outro lado, é interessante enfatizar que, embora muitos representantes da historiografia regional e nacional, especificamente do século XX, como: Henrique Jorge Hurley (1936), Ernesto Cruz (1942), Carlos Rocque (1984), Júlio José Chiavenato (1984), Pasquale Di Paolo (1990), entre outros, tenham privilegiado a obra *Motins Políticos* como fonte, valorizaram em grande parte o enfoque dos eventos político-sociais como a “Cabanagem” e a “Adesão do Grão-Pará”, deixando de lado qualquer análise mais específica sobre as percepções do Barão em relação aos negros e à abolição, o que torna este trabalho ainda mais instigante.

Vale ressaltar que o termo “Cabanagem” só ganhou força nas primeiras décadas do século XX, pois Domingos Antônio Raiol, ao praticamente inaugurar os estudos desses eventos, no contexto posterior a 1865, considerava-o sinônimo de “motim político”, ou seja, na forma de “levantes sucessivos que, nascidos nas fileiras ‘sediciosas’ do governo carioca e Imperial pós-1831, migraram rapidamente para as capitais das novas províncias” (RICCI, 2007, p. 8).

²Em referência à presença negra, à escravidão e à abolição na Amazônia, ver: (SALLES, 1988; BEZERRA NETO, 2001; BEZERRA NETO; GUZMÁN, 2002; NEVES, 2006).

Por esses e outros motivos, o presente estudo desperta interesse, principalmente se observarmos que a narrativa do Barão de Guajará possui múltiplos olhares direcionados à presença de populações de origem africana na região, pensamentos que passaram por alterações ao longo do tempo. Uma dessas percepções, presente particularmente nos primeiros tomos de *Motins Políticos*, estava direcionada ao “medo” que a inserção negra nos movimentos de insurreição, deflagrados no Grão-Pará, ocasionava, como será vislumbrado de maneira específica na seção que segue.

Um barão em defesa da velha ordem: o “medo” da presença negra nos motins do Grão-Pará

Uma das preocupações mais constantes, durante o Regime Imperial brasileiro, tanto no plano político como no intelectual, era o medo em relação às revoltas escravas. Esse sentimento, que já havia acompanhado as autoridades portuguesas e senhores de escravos desde a época colonial, ganhou ingredientes novos no século XIX, principalmente em razão das notícias sobre a revolta escrava, responsável pela independência do Haiti, da participação negra nos diversos movimentos rebeldes deflagrados durante a Regência e das ações do movimento abolicionista após a década de 1870. Nos últimos anos da Monarquia, o temor da desordem se constituía no princípio ordenador das ações de várias autoridades imperiais, que exigiam cautela por parte dos grupos contrários à escravidão e alertavam a população quanto aos “riscos” em propiciar a liberdade das “classes ínfimas”.

Nas páginas de *Motins Políticos*, obra elaborada no decorrer da segunda metade do século XIX, o receio direcionado às rebeliões organizadas, ou com participação de populações negras, foi evidente. Essas ações foram descritas no texto do Barão de Guajará a partir dos movimentos deflagrados no Grão-Pará durante as décadas de 1820 e 1830, que colocaram em risco o poder dos grupos

dominantes na região. Temeroso em relação à ocorrência de rebeliões escravas, esse autor ressaltava constantemente suas objeções em relação a qualquer forma de participação escrava em movimentos de insurreição, talvez por acreditar que os *motins* se tornariam ainda mais perigosos com o envolvimento de populações cativas.

Dessa maneira, Domingos Antônio Raiol expôs em variados momentos de sua narrativa as ações de violência ou ameaçadoras dos negros presentes nos *motins* do Pará, a partir de perspectivas fatalistas e depreciativas, apresentando os rebeldes de “cor” no papel de marginais ou desordeiros, que, junto com índios e mestiços, ameaçavam a estabilidade social e econômica da província na época:

Porque ainda temos a temer principalmente a gente de côr, pois que muitos negros e mulatos foram vistos no saque de revolta com os soldados, e os infelizes que se mataram a bordo do navio, entre outras vozes sediciosas, deram vivas ao Rei Congo, o que faz supor alguma combinação de Soldados e negros (RAIOL, 1970, I, p. 184).

A reflexão sobre esse fragmento do texto do Barão nos deixa claro que, além do medo com a constante presença de negros nas lutas sócio-políticas, havia algo ainda mais temível e ameaçador: os supostos laços de união desses cativos com os outros rebeldes representantes das “classes ínfimas”, classificados, em diversos momentos do livro *Motins Políticos*, de forma generalizante, como “turbas”. Sobre esse aspecto, o grande número de mestiços, índios e negros, em detrimento da minoria branca, correspondia, na perspectiva de Raiol, a mais uma preocupação em relação à manutenção da ordem na Amazônia, duplamente ameaçada: pelos movimentos de rebelião deflagrados durante a Regência e em virtude da participação escrava.

Além disso, a narrativa de Domingos Antônio Raiol enfatiza em diversas situações os supostos atos de “brutalidade” desencadeados pelos escravos ou mesmo libertos, havendo em seu discurso um caráter depreciativo

dos papéis desempenhados pelas populações de “cor” nas rebeliões deflagradas no Grão-Pará. Assim, de acordo com a narrativa do Barão, “sobressaíram nas atrocidades alguns libertos e escravos que abandonaram os seus domicílios e vieram delatar seus patronos e senhores” (RAIOL, 1970, III, p. 922). Essas ações propiciadas pelas “turbas” representavam, segundo o texto de *Motins Políticos*, uma ameaça, pois “enfraquecem a união benéfica das famílias que constituem os povos, e estes não poderão nunca desenvolver-se, privados que sejam da paz” (RAIOL, 1970, III, p. 1006).

Em suma, na concepção de Raiol, o movimento rebelde no Grão-Pará, formado por “homens da ínfima classe social, sem educação nem moralidade (...) e privados de discernimento” (RAIOL, 1970, III, p. 898), não tinha possibilidade de trazer qualquer benefício à Província, representando muito mais uma ameaça pelo fato de ter se “degenerado em ódio de raças, ódio nascido de vexames e extorsões de que se julgavam vítimas os índios, os pretos, os mestiços (...) sufocado por muitos anos, o qual irrompera nesses dias nefastos” (RAIOL, 1970, III, p. 925).

Esses argumentos, caracterizados por conter indícios de concepções científicas,³ em voga na virada do século XIX, também são marcados pela ênfase de uma perspectiva depreciativa, direcionada ao comportamento e cultura dos negros e mestiços participantes dos *motins*. Nesse viés, o pensamento de Raiol adequava-se aos padrões de uma visão de mundo

³Na segunda metade do século XIX, contemporaneamente à intensificação do processo de industrialização na Europa, ocorreram transformações no campo das ideias científicas e doutrinas filosóficas que procuravam responder aos anseios daquelas sociedades em mutação. Nesse sentido, pensamentos, como o darwinismo, o determinismo e o positivismo, representaram novas formas de se conceber as mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas na época. No Brasil, as teorias científicas começam a ser difundidas por volta da década de 1870, particularmente em razão de parte das elites brasileiras terem tido acesso à produção intelectual da Europa e dos Estados Unidos, das apreensões com a enorme quantidade de populações negras e mestiças, além do próprio contexto histórico vivenciado no país, em que o movimento abolicionista começou a se expandir pelo Império. Para maiores informações, ver: (CHALHOUB, 1996; 2003; COMTE, 1978; NAXARA, 2004; NEEDELL, 1993; SCHWARCZ, 1993).

conservadora e eurocêntrica, na qual a legitimação do domínio e opressão das elites brancas sobre outras populações praticamente se confundia com os ideais de progresso.

Para reforçar essa observação sobre o caráter depreciativo das ações dos negros e mestiços em *Motins Políticos*, as percepções de Raiol em relação às populações de “cor” amotinadas também eram direcionadas a aspectos comportamentais e educacionais de grupos liderados por negros ou mulatos, considerados, pelo autor, ainda mais “radicais” e “perigosos” em razão do passado na condição de escravos e da ausência de conhecimento formal, como podemos verificar nas palavras a seguir:

Não hesitamos em afirmar que os rebeldes constituíam em sua máxima parte a população embrutecida e sem escrúpulos, organizada e dirigida por anarquistas afamados que mais se recomendavam pela audácia e perversidade, como o carafuz Manuel Pedro dos Anjos ou o Côco em Muaná, o mulato Fidélis no Moju, o prêto José Ourives (RAIOL, 1970, III, p. 901).

Por meio dessas palavras, fica-nos perceptível que, na narrativa de *Motins Políticos*, também havia uma associação entre ausência de instrução formal e prática de atos violentos, como se os anseios e valores da cultura do homem branco fossem responsáveis por afastar quaisquer comportamentos brutais e antissociais, teoricamente comuns entre as “classes ínfimas”.

Domingos Antônio Raiol parecia acreditar que a participação de escravos ou libertos negros no movimento de rebelião era ainda mais desastrosa, em razão de esses grupos amotinados não possuírem o nível de instrução nem o comportamento apresentado pelas elites brancas. Além disso, podemos observar nas palavras do Barão de Guajará que os negros eram vistos como inferiores também em virtude “de seus sentimentos não serem tão bons como os dos brancos que nunca foram escravos” (AZEVEDO, 2004, p. 197). Essas características ajudam a elucidar parcialmente as constantes opiniões depreciativas do autor no tocante à cultura e comportamento de negros,

mestiços e índios, participantes dos movimentos no Grão-Pará, que eram tratados como inferiores não apenas em razão de questões sociais, mas também culturais e comportamentais.

Nessa perspectiva, podemos também entender que as críticas do Barão de Guajará aos diferentes grupos étnicos, descritos na obra *Motins Políticos*, não se limitaram aos significados políticos, mas também envolveram noções de “‘choques’, ‘conflitos’, ‘competições’ e ‘invasões culturais’” (BURKE, 2000, p. 255), geralmente repudiadas e temidas pelo fato de seus integrantes serem considerados, pelo autor, portadores de costumes dissolutos, que sobreviviam em uma atmosfera de ignorância e barbárie.

Na concepção do Barão do Guajará, além de representarem uma ameaça à estabilidade político-social da província, os negros, por almejamem também vingar-se da condição de escravos, eram, pela ausência de escolarização, mais “propensos” a atos de violência e destruição. Nesse sentido, o autor de *Motins Políticos* associava as questões étnico-sociais a outro agravante que tentava explicar a “inferioridade” de negros e mestiços: a ausência de “cultura intelectual”. Ampliava-se nesse sentido o fosso que separava as elites brancas em relação às populações escravizadas, que, pela sua “ignorância”, deveriam permanecer sob controle da minoria letrada.

Por outro lado, Domingos Antônio Raiol também expressou em sua obra *Motins Políticos* que, entre os demais participantes das turbas amotinadas, os negros representavam um risco à parte, pois, ao defenderem seus interesses próprios, ameaçavam outros grupos participantes, inclusive colocando em risco a integridade física de Eduardo Angelim, um dos principais líderes do movimento no Grão-Pará:

Desde os primeiros dias de setembro Eduardo Angelim tinha a sua polícia secreta, e por agentes desta soube que alguns homens de cor se reuniram de noite em várias casas e tratavam de acordar no melhor plano de depô-lo, havendo entre eles quem opinasse pelo seu assassinato como meio mais pronto e decisivo (RAIOL, 1970, III, p. 935).

Nesse fragmento, além de mostrar algumas medidas tomadas pelo líder rebelde Eduardo Angelim para manter-se informado das ações desencadeadas por facções internas do movimento, organizadas por lideranças negras descontentes com sua postura governamental, Domingos Antônio Raiol descreve as populações de “cor”, participantes dos *motins*, como traidoras em relação ao movimento. Portanto, esses bandos rebeldes eram apresentados de maneira ainda mais depreciativa que outros grupos étnicos insurgentes, supostamente em virtude de almejam um direcionamento mais “radical” em comparação aos rumos adotados pelos presidentes cabanos, como, por exemplo, o fim da escravidão.

Sobre esse aspecto, é importante enfatizar que Eduardo Angelim, após descobrir que os supostos “traidores” eram escravos, ordenou que “fossem fuzilados, porque a morte era a pena comum (...) que eles indicavam em traição e deslealdade” (RAIOL, 1970, III, 935). Além dessa situação, é sabido que as ações repressivas de Angelim não se limitaram a esse caso, pois, em vários outros momentos, o “Presidente cabano” “(...) teria mandado matar, surrar ou prender escravos” (RICCI, 2007, p. 25).

O Barão de Guajará, embora reticente e crítico em relação às ações de Eduardo Angelim e dos grupos rebelados em geral, enxergava a repressão imposta pelo líder cabano aos supostos “traidores” negros de forma positiva, como revela o fragmento que descreve o caso do “preto João do Espírito Santo”:

Posteriormente ainda apareceram tentativas de outras conspirações que Eduardo Angelim foi abafando uma a uma, com emprego inalterável dos mesmos meios. O preto João do Espírito Santo, mais conhecido por Diamante, homem de mau coração e rancoroso, quis vingar-se de contrariedades que imputara àquele, e reunindo os seus comparsas, organizou clandestinamente um corpo que denominou de guerrilheiros (RAIOL, 1970, III, p. 935).

Na visão do Barão de Guajará, rebeldes como o negro João do Espírito Santo, vulgo Diamante, se constituíam pelas suas “ações” e “espírito mal”, na parte mais ameaçadora e irracional dos *motins* do Grão-Pará. Representante das populações que se encontravam na condição de escravos antes da deflagração dos movimentos de rebelião na Província, Diamante e outros negros não poderiam, na concepção de Raiol, integrar qualquer tipo de insurreição, pelo nível de ameaça que simbolizavam.

Com essas perspectivas, a narrativa de Domingos Antônio Raiol deixava transparecer que não havia em suas ideias um tratamento homogêneo na descrição das ações de alguns participantes dos *motins* no Grão-Pará. Em seu pensamento, os rebeldes negros e escravos possuíam características mais violentas e ameaçadoras que os demais integrantes dos movimentos de rebelião. Não por acaso, o Barão de Guajará demonstrou, em *Motins Políticos*, uma inesperada simpatia à conduta do líder rebelde Eduardo Angelim, quando este “via-se obrigado a mandar prender e freqüentes vezes aplicar castigos de chibata aos mais turbulentos, entre os quais figuravam os escravos que se alistavam como livres” (RAIOL, 1970, III, p. 934).

Ao adotar essa postura, Domingos Antônio Raiol procurava diferenciar o papel das lideranças “brancas” e “negras” no movimento, estabelecendo implicitamente uma espécie de “hierarquia” em relação à “periculosidade” dos integrantes dos *motins*, por meio da qual, os negros, fossem escravos ou libertos, por se constituírem em vítimas do trabalho forçado e almejarem em várias situações subverterem a ordem vigente, eram quase sempre colocados em um patamar de maior periculosidade ao *status quo* na região.

As percepções presentes em *Motins Políticos*, direcionadas à participação escrava nos movimentos de rebelião do Grão-Pará no contexto da Regência, transparecem vivamente os medos e incertezas de Domingos Antônio Raiol

frente às experiências vivenciadas no final da década de 1880. Os temores diante do colapso do sistema escravista e a ameaça de subversão da ordem sócio-política pairavam como fantasmas na mente do Barão de Guajará, que, assim como outros representantes das classes dominantes no Brasil, deixou transparecer em sua obra a percepção de uma nação dividida entre uma minoria branca, detentora do poder, e uma maioria não branca, majoritariamente explorada.

Com a consolidação do processo de abolição no Brasil, a “escravidão se tornava (...) um problema de consciência, e havia um sentimento de culpa relativamente generalizado na sociedade” (CHALHOUB, 1990, p. 204). Naquele período, muitos integrantes da seleta elite político-econômica que dominava o país modificaram seus argumentos em relação ao regime escravista. Esse sistema, antes elogiado e considerado necessário para a ordem e prosperidade da nação, foi aos poucos perdendo considerações positivas e elogiosas. Nesse contexto, Domingos Antônio Raiol, antes temeroso e fatalista em relação ao fim da ordem escravocrata, passou gradativamente a alterar seu discurso sobre o tema, apresentando opiniões até certo ponto inesperadas em relação à questão, como será analisado no próximo tópico.

Entre princípios e ressentimentos: significados da abolição em *motins políticos*

Eis a nossa justificação; e seguramente quem usa desta linguagem franca e sem refolhos, quem pratica os atos referidos não podia ter os sentimentos que lhe emprestam detratores sem consciência nem escrúpulos, habituados a difamar desvirtuando sempre as intenções alheias. Profiram os homens sensatos o seu julgamento, e estamos certos de que nos farão justiça (RAIOL, 1970, III, p. 964).

O quinto volume da obra *Motins Políticos*, publicado em 1890, mas elaborado nos últimos anos da monarquia, se constitui em um documento revelador das perspectivas de Domingos Antônio Raiol frente às ações do movimento abolicionista e à crise da escravidão. Escritos em um contexto de

turbulências e transformações político-sociais que assolavam o enfraquecido Império, os capítulos finais do referido livro expõem a atmosfera de ansiedade e ressentimentos vivenciada por muitos integrantes da velha ordem institucional, cada vez mais conscientes do caráter irrevogável das mudanças, entre eles, o Barão de Guajará.

Nesse sentido, para um político monarquista, que durante grande parte do Segundo Reinado assumiu postos governamentais importantes e era portador de um posicionamento supostamente irreduzível em relação ao fim da escravidão, considerada por ele um “mal necessário” à ordem e prosperidade da nação, as transformações ocasionadas pela abolição representaram um duro golpe nas convicções e perspectivas em relação ao futuro, que deveria, a partir daquele momento, ser revisto e explicado.

Nesse sentido, as palavras que abrem esse tópico são esclarecedoras, pois adentram os argumentos do autor, que buscava se defender frente às supostas acusações de ter sido conivente em relação à manutenção da escravidão. Para reforçar essa questão, uma das primeiras ações do Barão de Guajará foi assumir uma postura de defesa em relação à monarquia, jogando para o distante passado colonial a culpabilidade pela instituição da servidão, por considerá-la uma “fatal herança de nossos antepassados” (RAIOL, 1970, III, p. 962). Assim, por meio da obra *Motins Políticos*, Raiol procurava tirar a responsabilidade do regime imperial pela continuidade da escravidão no Brasil do século XIX, evitando qualquer crítica direta em relação à conivência com a utilização da mão de obra escrava naquele contexto.

A atitude pouco crítica adotada pelo Barão de Guajará em relação à permanência da escravidão no contexto de existência do Império constituía-se em um comportamento adotado por alguns políticos monarquistas no final da década de 1880, em uma época pautada no colapso da velha ordem escravocrata e institucional. Contudo, mesmo resignado em relação a essas

mudanças, Raiol manteve-se fiel ao extinto “núcleo simbólico do poder imperial” (PÁDUA, 2002, p. 167), adotando em seus argumentos um estilo de prudência e autocrítica.

Ao assumir tal perspectiva, o autor de *Motins Políticos* procurava concentrar a responsabilidade da violência e opressão escravista na herança do passado colonial, pois o regime monárquico, instituição que, em sua opinião, havia propiciado o “progresso” e a “civilização” ao país, não deveria ter sua história “maculada” com essas críticas consideradas injustas. Assim, embora fosse possuidor de mão de obra cativa, libertada nas vésperas da abolição⁴, nos últimos tempos do governo de D. Pedro II, o Barão de Guajará, em relação ao fim da servidão, tinha uma atitude não caracterizada pela intransigência comum entre muitos proprietários de escravos, mas pautada na adoção de um tom conciliador e discreto, postura inesperada para um intelectual e bacharel em Direito, que esteve a serviço do Império e se notabilizou nas décadas anteriores como defensor da manutenção da ordem governamental e social.

Sobre esse aspecto, Domingos Antônio Raiol acompanhou e apoiou as medidas propiciadas pela Monarquia, responsáveis por ações que ocasionaram um fim lento e gradual da servidão no Brasil. No quinto tomo de *Motins Políticos*, escrito no crepúsculo do Regime Imperial, o Barão expôs suas preocupações quanto à liberdade dos negros, detalhando algumas ações do movimento abolicionista na capital da província do Pará as quais considerava positivas, por não se chocarem com as diretrizes do governo central. Nesse estudo, ele chegou a expressar que os integrantes de uma organização favorável ao fim da servidão, conhecida como “liga redentora”, haviam “escolhido este

⁴Em 1874, Domingos Antônio Raiol comprou o Engenho de Santo Antônio da Campina, localizado nas proximidades do núcleo populacional de Vigia-Pará, adquirindo na mesma negociação 58 escravos. Segundo alguns testemunhos de época, o tratamento dispensado pelo Barão em relação aos cativos não era violento ou ameaçador, permitindo até que seus escravos realizassem seus batuques. Para maiores informações, ver: (ALMEIDA, 2005; FARIAS-SANTOS, 2009).

dia, treze de maio, como aniversário do restabelecimento da legalidade na mesma capital, para efetuar a libertação dos escravos residentes no município de Belém” (RAIOL, 1970, III, p. 962).

Ao supostamente preocupar-se em esclarecer seus leitores sobre os caminhos adotados pelo abolicionismo no Pará, o Barão demonstrava implicitamente que as atitudes de libertar escravos, caso fossem propiciadas dentro da “lei” e não ocasionassem quaisquer ameaças à ordem ou distúrbios populares, não se constituíam em ações concebidas como criminosas ou irresponsáveis. Esse comportamento, inesperado para um político imperial que, nos anos anteriores, declarava-se temeroso em relação à liberdade dos negros, consiste em um interessante indicativo dos novos tempos, em que a Monarquia, “assolada pelos levantes de escravos, pelo abolicionismo popular (...) e pelas vozes republicanas (...) começou a se confundir com as rugas de seu velho rei” (AZEVEDO, 2004, p. 236).

Porém, muito além de almejar descrever as ações do movimento abolicionista em Belém, o foco de preocupação de Domingos Antônio Raiol nessa parte de sua obra era responder a possíveis críticas que havia sofrido em relação a sua suposta postura escravista no passado, particularmente quando exercera o papel de Presidente Provincial em algumas regiões do país. Assim, uma das “estratégias” utilizadas pelo Barão de Guajará consistiu em acusar, sem contudo citar nomes, determinados participantes do movimento abolicionista de mostrarem hipocrisia e incompatibilidade entre suas ações do presente e passado, pois, segundo o autor de *Motins Políticos*,

Certos filantropos de ocasião, depois de terem martirizado e vendido os escravos que possuíam, fizeram-se arautos impudentes da abolição, injuriando a cidadãos respeitáveis, adulterando a verdade dos fatos que ocorriam, roubando pecúlios dos infelizes que em boa-fé lhes confiavam, aconselhando-os à fuga para depois se locupletarem de seus serviços com

ameaças e promessas de proteção, perturbando o sossego das famílias, profanando o lar doméstico, excitando a odiosidade contra os senhores, pregando nas senzalas doutrinas sanguinárias, mentindo em suma e ostentando com embustes sentimentos de caridade que não tinham! (RAIOL, 1970, III, p. 962-963).

Embora não fizesse referências nominais aos “aboliconistas de última hora”, é curioso notar nos argumentos do Barão de Guajará uma conduta de ressentimento contra aqueles que, segundo ele, haviam sido falsos defensores do fim da escravidão, integrando esse movimento quando o mesmo já era irreversível e após terem vendido ou libertado seus escravos. Além disso, ao considerar hipócrita a opinião de alguns indivíduos que possivelmente o criticavam pelas suas ações a serviço do Regime Monárquico, Raiol indiretamente deixava transparecer que seus atos e pensamentos anteriores direcionados à abolição representavam a postura de alguém fiel aos ideais políticos e ideológicos que professava, estivessem estes corretos ou não.

Em suma, ao tecer essas considerações, o objetivo de Domingos Antônio Raiol era demonstrar que parte dos setores favoráveis à abolição possuía um passado caracterizado pela exploração de mão de obra cativa, convertendo-se cinicamente aos ideais humanitários e libertários nos últimos instantes, quando o fim da escravidão mostrava-se inevitável. O Barão, ao contrário, tentava mostrar-se um homem fiel aos seus princípios, que não havia compactuado com a existência do “elemento servil” por prazer ou interesses econômicos particulares, mas em razão de seus deveres “políticos” e “patrióticos” em favor do Regime Imperial.

Após acusar alguns aboliconistas de “inescrupulosos” e “falsos moralistas”, o Barão de Guajará almejou descaracterizar as acusações de político escravista que pesavam sobre sua pessoa, supostamente

implementadas por alguns defensores da abolição, na época em que administrou Províncias Imperiais:

Ao escrever estas linhas, vem-nos naturalmente a lembrança das injustas apreciações de que fomos vítimas em anos anteriores, e os leitores nos permitirão neste lugar algumas palavras em defesa própria. (...) Na posição que ocupávamos (...) não podíamos ter outra conduta. Contrariamos os abusos praticados, sem necessidade, à sombra de uma idéia geralmente abraçada, mas nunca deixamos de auxiliar o movimento regular da propaganda, conforme permitiam os deveres de nosso cargo (RAIOL, 1970, III, p. 963).

As palavras proferidas por Domingos Antônio Raiol na virada da década de 1880 propiciam-nos uma reflexão sobre o pensamento e ações desse autor em relação à abolição. Nelas, o Barão procura afirmar que seu papel nada mais foi do que defender os interesses institucionais, alguns anos antes do fim da escravidão. Nesse sentido, se o movimento abolicionista já havia tomado grandes proporções e o regime Monárquico fraquejava, o autor de *Motins Políticos*, um dos representantes mais ilustres do Império na região amazônica, ainda acalentava o objetivo de advogar em favor da instituição que representava.

Os argumentos e atitudes do Barão de Guajará em relação à abolição deixam claro que, na perspectiva desse autor, os deveres burocráticos em favor do Império estavam acima de qualquer atitude mais exaltada, contrária à permanência do trabalho servil. Dessa forma, para um servidor e defensor da ordem política monárquica, qualquer ação mais apaixonada, que ameaçasse a permanência do regime, era reprovável, mesmo que representasse um comportamento humanitário em defesa do fim do trabalho forçado.

Nesse sentido, os indícios propiciados pelas declarações de Domingos Antônio Raiol deixam transparecer que seus deveres político-institucionais a serviço de D. Pedro II suplantaram qualquer atitude mais forte em favor do término da escravidão em momentos anteriores ao final da década de 1880. Se havia um abolicionista na “pele” do Barão, ele só apareceu

publicamente na última hora, quando o sistema escravocrata e o próprio império entraram em colapso.

Favorável ou não ao fim do trabalho servil, o Barão de Guajará encarnava o típico burocrata, que não assumia publicamente de forma antecipada qualquer postura que pudesse representar algo comprometedor a sua função, pois, como ele expressou na obra *O Brasil Político*, o “funcionário público no cumprimento de seus deveres (...) deve colocar-se acima de toda e qualquer consideração pessoal, e só ter diante dos olhos a justiça e a lei” (RAIOL, 1970, p. 191).

Mesmo que ele tenha se colocado no papel de “fiel defensor” do Império, a crise da velha ordem fez o velho Barão rever muitas de suas concepções sociais. Um interessante indicativo da mudança de postura de Domingos Antônio Raiol ao longo dos anos pode ser verificado no confronto dos argumentos pouco maleáveis desse autor – presentes no parágrafo anterior, quando assumiu sucessivamente os cargos de Procurador Fiscal da Tesouraria e Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, na segunda metade da década de 1850, caracterizados pelo tom legalista e autoritário – com as explicações do mesmo intelectual em fins dos anos 1880, marcadas por perspectivas muito mais flexíveis e conciliatórias.

Além disso, por meio de seus argumentos em *Motins Políticos*, o Barão de Guajará deixava transparecer que o sentimento de medo em relação à liberdade dos escravos, patente nos volumes iniciais da obra, havia sido superado por outras sensações como o ressentimento direcionado a alguns supostos abolicionistas de ocasião e a decepção frente às mudanças políticas e sociais deflagradas naquele contexto.

Por outro lado, dando continuidade a sua perspectiva de defesa, Domingos Antônio Raiol fez questão de destacar uma de suas falas de presidente provincial, na obra *Motins Políticos*:

As boas reformas devem ser sempre refletidas e ditadas pelos conselhos ajuizados da prudência, sem desprezitar nunca o princípio da autoridade, nem violar os preceitos da lei; e uma vez acariciadas pela opinião pública, não necessitam de meios violentos para se fazerem vingar. Em tais condições a precipitação na ordem pública, o que por certo será um grande mal para o país. A questão do elemento servil é bastante séria e cumpre que os brasileiros se reúnam num só pensamento e tratem sinceramente de resolvê-la com calma, critério e inteira isenção de espírito, evitando por todos os meios açular as paixões ruins das classes ínfimas da população: extirpe-se o mal, porém sem atentar contra a lei, nem contra a autoridade, nem contra os direitos individuais, nem contra a ordem pública (RAIOL, 1970, III, p. 963-964).

Em 1884, quando o Barão de Guajará pronunciou essa fala na função de Presidente da Província de São Paulo, o movimento abolicionista encontrava-se em pleno vigor em todo o Brasil. Seu sentimento frente ao movimento favorável à liberdade dos escravos ainda fazia lembrar a postura de muitos membros das elites políticas imperiais, constituindo-se em um misto de medo da “anarquia” e de possíveis “perdas econômicas” que o fim do regime servil poderia ocasionar.

Domingos Antônio Raiol não pensava ou procurava discutir qualquer proposta de integração dos negros recém-saídos da escravidão na sociedade de trabalho assalariado. Sua preocupação centrava-se na perspectiva de controle e enquadramento social de uma parcela numerosa da população brasileira, considerada “perigosa”, que estaria livre com o fim do trabalho forçado. Na mente do Barão de Guajará, os “fantasmas” das “desordens” desencadeadas durante a primeira metade do século XIX pelas camadas populares no Pará pareciam estar constantemente presentes e foram metamorfoseados nas páginas da obra *Motins Políticos*.

A abolição, vista durante muito tempo com temor pelo Barão, acabaria sendo suportada caso fosse formalizada com algumas ressalvas, como, por exemplo, o caráter lento e gradual do processo de libertação e o respeito ao regime Imperial para evitar qualquer ameaça ao *Status Quo* dominante. Essas expectativas, que, no final, acabaram se efetivando

parcialmente, possibilitam verificar como uma obra do porte de *Motins Políticos*, que trata de um tema até certo ponto diverso, representa um documento revelador sobre os medos e anseios de um nobre monarquista frente às transformações vivenciadas em seu tempo.

Desse modo, se a narrativa de Domingos Antônio Raiol ajuda a revelar parte dos pensamentos e propostas do autor frente à questão escravista, ela também transparece as modificações que essas proposições sofreram ao longo das últimas décadas do regime monárquico. Assim, a concepção do Barão de Guajará, antes portadora de uma perspectiva de “medo, (...) que tinha por centro a figura do negro instável e perigoso que exigia um permanente controle da parte do branco” (AZEVEDO, 2004, p. 223), pareceu absorver a falência da escravidão, cedendo gradualmente lugar a outros pontos de vista mais maleáveis e conciliatórios, desde que não ocasionassem ameaças à velha ordem.

Finalmente, pouco tempo depois do processo histórico que resultou no término do trabalho servil, a própria Monarquia, já debilitada por diversas crises, também submergiu frente às ações do Movimento Republicano. O colapso do governo de D. Pedro II, deflagrado quando o texto do 5º tomo de *Motins Políticos* já estava concluído e em vias de publicação, influenciou diretamente no fim da carreira política do Barão de Guajará, que, encontrando-se em viagem após ser “eleito Deputado Geral em 1889, (...) recebeu em Pernambuco, a notícia da Proclamação da República e dissolução das Câmaras” (NUNES, 1918, p. 37). Decepcionado com os rumos políticos e sociais tomados pelo país após a década de 1890, Domingos Antônio Raiol abandonou as atividades parlamentares e dedicou seus últimos anos de vida ao mundo intelectual.

Referências

- ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro José Furtado: biographia e estudo de história política contemporanea*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1867.
- ALMEIDA, W. *Tauapará*. 2 ed. Vigia de Nazaré: Edição do Autor, 2005.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco no imaginário das elites do século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Madura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- BRASIL, Imperador. *Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados*. Prefácio de Pedro Calmon. Brasília, INL, 1977.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Ciência e ideologia em Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva: primeira lição*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CRUZ, Ernesto Horácio. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.

FARIAS-SANTOS, Maria do Socorro. *Embates Identitários: os sentidos de dominação e resistência no discurso dos sujeitos de uma comunidade quilombola do Pará*. Taubaté, 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Taubaté, 2009.

GUSDORF, Georges. *As Revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HURLEY, Henrique Jorge. *Traços Cabanos*. Belém: Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: EdUnB, 2004.

NEEDEL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Corrêa (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

NUNES, Bertholdo. Barão de Guajará. In: *Instituto Histórico e Geográfico do Pará: Catálogo da Primeira Série de uma Galeria Histórica*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

RAIOL, Domingos Antônio. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 1.a sessão da 25.a legislatura em 16 de janeiro de 1884 pelo presidente, Barão de Guajará*. São Paulo: Typographia da Gazeta Liberal, 1884.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Tomos I, II e III. 2ª ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RAIOL, Domingos Antônio. *Obras*. Belém: GRAFISA. 1970.

RAIOL, Domingos Antônio. *Relatório com que o exm. SR. Barão de Guajará passou a administração da província do Ceará*. Fortaleza: Typographia do Cearense, 1883.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*. Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jan. 2007.

RICCI, Magda. O Império lê a Colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/SECULT, 1988.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia Geral do Brazil*. Tomo II. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1857.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.